

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES: UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL EM MUNICÍPIO DO RECÔNCAVO BAIANO

Cibele dos Santos Machado¹, Josemário Santana Bonsucesso², Isabela Borges Paluch³, Gilmara Alvarenga Fachardo Oliveira⁴, Larissa Rolim Borges-Paluch⁵

RESUMO

Este estudo avaliou a qualidade de vida de agricultores familiares, predominando mulheres e indivíduos pretos/pardos com faixa etária madura. O perfil é marcado por baixa escolaridade e renda significativamente reduzida. A análise multidimensional da qualidade de vida revelou pontos de resiliência e fragilidade. As relações sociais se destacaram positivamente, evidenciando a força dos laços familiares e comunitários. O domínio físico apresentou satisfação moderada, apesar das demandas do trabalho rural. Contudo, o meio ambiente foi o domínio de menor satisfação, influenciado diretamente pela escassez de recursos financeiros, poucas oportunidades de lazer e dificuldade de acesso à informação. O domínio psicológico mostrou uma notável percepção de sentido (significado) na sua vida, apesar dos inúmeros desafios. O estudo evidenciou que mesmo diante de vulnerabilidades socioeconômicas, as redes de apoio (amigos e família) e a resiliência são pilares essenciais do bem-estar desses agricultores.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Produtor Rural, Whoqol-Bref.

ABSTRACT

This study evaluated the quality of life of family farmers, predominantly women and Black/brown individuals in a mature age group. Their socioeconomic profile was marked by low educational attainment and significantly reduced income. The multidimensional analysis of quality of life revealed both resilience and vulnerability. The social relationships domain stood out positively, highlighting the strength of family and community ties. The physical domain showed moderate satisfaction, despite the demands of rural labor. However, the environment domain was the least satisfactory, directly affected by limited financial resources, scarce leisure opportunities, and poor access to information. The psychological domain revealed a notable sense of meaning in the participants' lives, even in the face of numerous challenges. The study demonstrated that, despite socioeconomic vulnerabilities, support networks (friends and family) and resilience are essential pillars for the well-being of these farmers.

Keywords: Family Farming, Rural Producer, Whoqol-Bref.

1. INTRODUÇÃO

O TRABALHADOR RURAL E SEUS CONTEXTOS

A população do campo e da floresta é definida pela Política Nacional de Saúde Integral

das Populações do Campo, da Floresta e das Águas como comunidades e povos cujos modos de vida, produção e reprodução social se conectam predominantemente com o ambiente rural, florestal ou aquático. Essa ampla categoria

¹ Fisioterapeuta. Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Centro Universitário Maria Milza (UNIMAM); Docente do UNIMAM, cibele.machado11@hotmail.com.br

² Eng. Agrônomo. Doutor em Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, Docente UNIMAM, josemario.bonsucesso@sistemaascoob.com.br

³ Graduada em Pedagogia Universidade Federal do Paraná (UFPR), isabelapaluch@gmail.com

⁴ Fisioterapeuta e Licenciada em Biologia. Doutora em Ciências Agrárias - UFRB, gfachardo@yahoo.com.br

⁵ Licenciada e Bacharel em Biologia, Licenciada em Pedagogia, Doutora em Ciências Biológicas - UFPR; Tutora e Orientadora - UFRB, larissapaluch@gmail.com

inclui camponeses, agricultores familiares, trabalhadores rurais (assalariados ou não, residentes ou não no campo), assentados da reforma agrária, remanescentes quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais e outras comunidades tradicionais (Brasil, 2013).

Nesse panorama agricultura familiar é caracterizada por sua produção diversificada, mão de obra predominantemente familiar e menor dependência de maquinário pesado, aliada a práticas sustentáveis. No entanto, o trabalhador rural vivencia um cenário de profundas transformações, impulsionadas pela modernização e mecanização do campo. Essa transição tecnológica, contudo, não se traduziu em melhorias para todos; a substituição da força humana por máquinas frequentemente gerou desemprego ou migração urbana. Aqueles que resistem no ambiente rural ainda possuem vulnerabilidades no acesso a direitos básicos como saúde, educação e infraestrutura (Castro; Felipe, 2015).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), o Brasil possui cerca de 3,9 milhões de propriedades familiares, representando 77% dos estabelecimentos e envolvendo o trabalho de 10,1 milhões de pessoas, sendo 46,6% concentrados na região Nordeste. Além disso, essa categoria desempenhou um papel significativo na economia, contribuindo com 23% do valor total da produção agropecuária.

A legislação brasileira assegura a esses trabalhadores direitos fundamentais, conforme o artigo 7º da Constituição Federal de 1988, como salário-mínimo, jornada de até oito horas diárias, repouso semanal remunerado e aposentadoria (Brasil, 1988). Contudo, a efetividade desses direitos enfrenta desafios significativos. A informalidade ainda é uma realidade no meio rural e, frequentemente, esses trabalhadores não possuem registro, permanecendo à margem do sistema previdenciário e enfrentando condições precárias de trabalho e moradia. A insuficiência da fiscalização e a baixa representatividade sindical agravam essa vulnerabilidade (Avelino *et al.*, 2021).

RISCOS OCUPACIONAIS E SOCIOAMBIENTAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR

A qualidade das condições de trabalho é um dos fatores fundamentais para o sucesso de qualquer sistema produtivo. Entretanto, o trabalho agrícola é, atualmente, considerado um dos setores econômicos e sociais que mais expõe o trabalhador a riscos. Nesse contexto, a falta de medidas preventivas que garantam a execução das atividades ocupacionais com segurança contribui para os elevados índices de acidentes e mortes (Scussel; Radunz; Busato, 2019).

A saúde dos trabalhadores rurais exige atenção prioritária devido à exposição a diversos agentes nocivos que podem acarretar

em riscos ocupacionais que comprometem a integridade física e o bem-estar desses indivíduos (Cardoso *et al.*, 2021). Dentre eles, destacam-se:

Riscos Mecânicos: em função da operação de tratores, manuseio de ferramentas (como foice, enxada, serra e facão). Incidentes como cortes, lacerações, fraturas e quedas e podem resultar em lesões de diversas gravidades, levando a afastamentos temporários ou permanentes do trabalho e, em casos extremos, à perda da vida (Barth; *et al.*, 2016; Tangtong *et al.*, 2022).

- **Riscos Químicos:** A exposição a produtos químicos (agrotóxicos, pesticidas, fertilizantes e herbicidas) constitui um ponto crítico. A manipulação inadequada, falta de orientação técnica ou ausência dos equipamentos de proteção individual está associada a um amplo espectro de patologias graves. Dentre eles, diversos tipos de câncer, doenças respiratórias, transtornos neurológicos e mentais; irritações dérmicas, envenenamentos entre outros (Furtado; Furtado; Monteiro, 2017; Nogueira; Szwarcwald; Damacena, 2020).

Riscos Físicos: As condições ambientais adversas, (extremos de calor e frio, exposição excessiva à radiação solar, ruído constante e vibração de máquinas, somadas ao trabalho pesado, podem propiciar danos irreversíveis em longo prazo (Silva; Fonseca, 2020).

Riscos Ergonômicos: Posturas

inadequadas, esforço físico intenso, manipulação manual de cargas, movimentos repetitivos e jornadas extensas são fatores que predisõem os trabalhadores a distúrbios osteomusculares, fadiga crônica, lesões musculoesqueléticas e outros (Barth; Heck; Renner, 2022; Simas *et al.*, 2025).

Todos os riscos são agravados, principalmente, pela carência de treinamento adequado, auxílio técnico especializado e acesso limitado a serviços de saúde. Tal conjuntura evidencia um modelo produtivo brasileiro que historicamente priorizou a produtividade em detrimento da saúde do trabalhador, negligenciando fatores físicos, psíquicos e ergonômicos, com consequentes impactos negativos duradouros (Moreira *et al.*, 2015).

A saúde do trabalhador deve combinar a prevenção de riscos e promoção de condições laborais saudáveis promovendo medidas para proteger os trabalhadores de riscos ocupacionais e assegurar condições laborais que preservem e promovam o bem-estar físico e mental (Jain *et al.*, 2019).

SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL

A saúde é um direito universal e dever do Estado, conforme assegurado pela Constituição Federal (Brasil, 1988) e regulamentado pela Lei Orgânica da Saúde (Brasil, 1990). Em consonância com esses preceitos constitucionais, a Política Nacional de Saúde do

Trabalhador e da Trabalhadora estabelece diretrizes e estratégias em todos os níveis de gestão (federal, estadual e municipal) do Sistema Único de Saúde. O objetivo é desenvolver ações de vigilância voltadas à promoção e proteção da saúde do trabalhador, por meio de uma atuação integral que vise à redução da morbimortalidade no âmbito ocupacional (Brasil, 2012).

Uma das estratégias fundamentais para a efetivação da Atenção Integral à Saúde do Trabalhador foi criação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) (Brasil, 2009). Essa iniciativa busca integrar os serviços do SUS dedicados à assistência e à vigilância, incluindo a notificação de agravos à saúde relacionados ao trabalho por meio da Rede Sentinela (Brasil, 2024).

Entretanto, apesar do arcabouço legal e das políticas estabelecidas, o acesso a serviços de saúde permanece desafiador para a população rural. Essa dificuldade é particularmente acentuada nas regiões Norte e Nordeste, que apresentam um maior percentual de residentes rurais e enfrentam significativas carências estruturais. Além disso, a redução da população rural, que representa atualmente cerca de 15% do total brasileiro resultou em menor investimento na saúde rural (IBGE, 2023). Tal cenário dificulta o monitoramento epidemiológico e o diagnóstico de doenças preveníveis nesses territórios.

QUALIDADE DE VIDA (QV)

A QV configura-se como um conceito complexo e multidimensional, envolvendo aspectos subjetivos e objetivos da percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, particularmente no contexto cultural e de valores em que está inserido, e em relação aos seus objetivos, expectativas e preocupações (Whoqol Group, 1995).

Transcendendo a mera ausência de doenças, a QV refere-se a um estado geral de bem-estar e satisfação com a vida, abrangendo dimensões como a saúde física e mental, relações sociais, aspectos econômicos, emocionais, ambientais, espirituais, educacionais, de segurança e realização pessoal (Pinto, 2017). A compreensão dessas múltiplas facetas é fundamental para analisar a existência humana e subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas eficazes.

Diante do contexto apresentado, este estudo buscou traçar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares vinculados à Associação de Moradores da localidade Queimadas Nova (AMOQ) e avaliar QV nos domínios físico, psicológico, das relações sociais e do meio ambiente.

A sua relevância reside na necessidade de aprofundar a compreensão sobre as condições de vida e trabalho dos agricultores familiares, grupo essencial para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural, mas historicamente marcado por vulnerabilidades sociais,

econômicas e de saúde. A análise integrada entre perfil socioeconômico e QV permite evidenciar desigualdades, orientar políticas públicas mais sensíveis às particularidades do meio rural e promover ações que fortaleçam a permanência digna e sustentável dessas populações no campo.

2. METODOLOGIA

TIPO DE ESTUDO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

Trata-se de uma pesquisa de campo, com abordagem quantitativa e caráter descritivo. O estudo foi realizado em Governador Mangabeira, município do interior da Bahia, com uma população estimada de 20 mil habitantes. Aproximadamente 63% da população reside na zona rural e 37% na urbana, e sua economia é baseada principalmente na agricultura, com destaque para o cultivo de mandioca e citrus (IBGE, 2018).

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Participaram da pesquisa 20 trabalhadores rurais da agricultura familiar, atuantes no campo, membros da AMOQ de Governador Mangabeira, inscritos no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar.

Os critérios de inclusão foram: agricultores familiares com idade entre 18 e 60 anos, de ambos os sexos. Já os de exclusão foram: produtores não ativos⁶, e que tem ou

tiveram outro vínculo empregatício além da agricultura.

COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS

A coleta de dados foi realizada entre agosto e setembro/2023. Os dados foram obtidos por meio de dois instrumentos:

- Formulário de caracterização sociodemográfica;
- Questionário Whoqol-Bref, que é composto por 26 itens que abordam a percepção de qualidade de vida geral e a satisfação com a saúde em dois itens, e se aprofunda nos domínios físico, psicológico, social e ambiental em 24 itens. A pontuação, obtida pela escala Likert, é interpretada com base nos seguintes critérios: 1 a 2,9 (melhora necessária); 3 a 3,9 (regular); 4 a 4,9 (bom); e 5 (muito bom). A inversão da escala é aplicada nos itens 3, 4 e 26.

ANÁLISE ESTATÍSTICA

A análise dos dados foi realizada pelo software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), e estatística descritiva, incluindo cálculo de média aritmética, mediana e desvio padrão.

Para avaliar a consistência interna do Whoqol-Bref na amostra estudada, foi aplicado o Coeficiente Alfa de Cronbach, que estima a confiabilidade do instrumento. Considera-se valor mínimo aceitável 0,70; abaixo disso, a

⁶membros com participação inferior a 50% nas reuniões anuais entre 2022-2023.

consistência interna é insatisfatória. O nível de significância estatística adotado foi de 5% ($p < 0,05$), com intervalo de confiança de 95%.

ASPECTOS ÉTICOS

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, parecer n.º 6.202.233 e CAAE 71697223.8.0000.5025, em conformidade com os princípios éticos estabelecidos pela Resolução n.º 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A AMOQ possui 50 membros ativos. Desse total, 09 possuíam outros vínculos e atividades empregatícias, 11 tinham mais de 60 anos e 10 se recusaram a participar. Assim, a amostra se constituiu de 20 agricultores familiares.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Dos 20 agricultores da AMOQ, observou-se predominância significativa do sexo feminino (75%). Em relação à distribuição por cor/raça, todos os entrevistados se autodeclararam pretos ou pardos. Quanto à escolaridade, a maioria (45%) declarou possuir apenas o ensino fundamental incompleto.

O estado civil foi composto por 60% de pessoas casadas/união estável. A faixa etária majoritária foi de 46 a 55 anos. E referente à renda pessoal mensal, constatou-se que 55% dos

entrevistados recebem menos de um salário mínimo (Tabela 1).

A predominância significativa de mulheres na associação é muito relevante e merece atenção. Essa presença majoritária feminina sugere mudanças estruturais e culturais no contexto da agricultura familiar na região, desafiando padrões historicamente consolidados.

Tabela 1 – Informações sociodemográficas dos participantes da pesquisa.

Variáveis	n (%)
Gênero	
Mulheres	15 (75)
Homens	05 (25)
Raça/cor	
Pretos	10 (50)
Pardos	10 (50)
Escolaridade	
Fundamental incompleto	09 (45)
Fundamental completo	02 (10)
Ensino médio incompleto	02 (10)
Ensino médio completo	07 (35)
Faixa etária	
18 a 25 anos	01 (05)
36 a 45 anos	04 (20)
46 a 55 anos	11 (55)
56 a 60 anos	04 (20)
Estado Civil	
Casado(a)/União estável	12 (60)
Solteiro	06 (30)
Viúvo(a)	02 (10)
Renda (em salários mínimos)	
menor que 1 salário	11 (55)
até 1 salário	08 (40)
até 2 salários	01 (05)
Total da Amostra:	20 (100)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

De acordo com o último Censo Agropecuário (IBGE, 2018), a força de trabalho

rural brasileira ainda é majoritariamente composta por homens (81%). Apesar dessa predominância masculina, é possível notar uma mudança nos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres nas unidades de produção rural.

De acordo com Vedana *et al.* (2021), essas transformações são observadas, sobretudo, na atuação crescente das mulheres não apenas em atividades produtivas, mas também na gestão dos recursos familiares e na liderança de organizações coletivas, como associações e cooperativas.

Barbosa *et al.* (2020) e Meus e Ethur (2021) convergem na perspectiva de que o protagonismo feminino em comunidades rurais e assentamentos é cada vez mais evidente. Os autores destacam que, ao assumirem papéis de liderança em suas famílias, as mulheres promovem a reestruturação das relações de gênero e fortalecem o setor local. Essa participação ativa não só garante a reprodução social e econômica, mas também as consolida como agentes na promoção da sustentabilidade e da coesão comunitária

A totalidade dos agricultores familiares entrevistados na AMOQ é negra⁷, indicando uma composição racial homogênea e significativa no contexto do estudo.

Esse dado ganha relevância ao ser comparado com a distribuição racial da

população em nível nacional, pois de acordo com o último censo demográfico, 45,3% da população se declarou parda, 43,5% branca e 10,2% preta. No contexto específico da Bahia, os dados são ainda mais contundentes, uma vez que o estado apresenta a maior proporção de população autodeclarada preta do país (22,4%), enquanto os pardos somam 57,3%, totalizando quase 80% de indivíduos negros (IBGE, 2023).

Tais dados evidenciam que a composição racial da amostra pesquisada se alinha com o panorama demográfico estadual, reforçando o predomínio da população negra no meio rural baiano. Ademais, o perfil desses agricultores familiares, analisado sob a ótica de processos históricos e sociais, não somente espelha essa realidade populacional, mas sobretudo desvela as raízes estruturais e os contextos de vulnerabilidade social que definem a agricultura familiar no território em análise.

A escolaridade dos agricultores revela um baixo nível educacional predominante, com a maioria dos entrevistados possuindo apenas o ensino fundamental incompleto e nenhum com formação superior. Esse resultado está em consonância com o estudo de Moraes e Sant'Ana (2016), que, ao analisarem um assentamento rural em Mato Grosso, constataram que a maioria (68%) era analfabeta ou não havia concluído o ensino fundamental.

⁷Para o IBGE, outros órgãos governamentais e movimentos sociais a população negra é o conjunto das pessoas que se autodeclararam pretas e pardas.

Essa realidade ressalta a limitação no acesso à educação formal, um fator que pode impactar negativamente a capacidade de adotar tecnologias agrícolas, implementar boas práticas de manejo e desenvolver estratégias de gestão eficazes.

Dados do último censo agropecuário revelam que 72,8% dos produtores rurais no Brasil têm, no máximo, o ensino fundamental, sendo que 66,5% não o concluíram e aproximadamente 23% dos produtores declararam não saber ler nem escrever (IBGE, 2017). Esses números evidenciam a persistência de uma estrutura educacional deficiente no meio rural brasileiro, especialmente em regiões historicamente marcadas pela exclusão social, como o Nordeste.

Na Bahia, essa conjuntura educacional adquire contornos ainda mais críticos. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), somente 11,9% da população do estado com 25 anos ou mais possuía ensino superior completo, configurando um dos menores percentuais registrados no Brasil (IBGE, 2022). Ainda que esses indicadores englobem tanto a zona urbana quanto a rural, eles apontam para a acentuada dificuldade de acesso à educação de nível superior no estado, uma barreira que tende a ser especialmente pronunciada para comunidades agrícolas e povos tradicionais.

Para Mendes *et al.* (2023) a ausência de políticas públicas que promovam uma educação

adaptada às realidades do campo contribui para a perpetuação do ciclo de pobreza e desigualdade social nessas comunidades.

A evasão escolar precoce é um desafio recorrente para os jovens rurais, que são obrigados a deixar os estudos para ajudar na renda da família. Corroborando essa realidade, Aquino, Alves e Vidal (2020) destacam que a baixa escolaridade está intrinsecamente ligada às condições precárias de bem-estar social de grande parte dos agricultores, com ênfase no Nordeste do país.

A distribuição etária dos agricultores familiares entrevistados neste estudo revela um predomínio de adultos entre 40 e 59 anos, seguido por indivíduos com mais de 60. Esse perfil se alinha aos dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), que apontam uma concentração de produtores rurais com mais de 45 anos. O censo detalha que apenas 10% dos responsáveis tinham menos de 35 anos, enquanto 48% se enquadravam na faixa de 35 a 60, e mais de 40% tinham acima de 60. Esses dados evidenciam o envelhecimento da população rural, um dos principais desafios para a sustentabilidade da agricultura familiar.

A reduzida participação de jovens nas atividades agrícolas não é um fenômeno isolado, mas sim reflexo de um conjunto de fatores socioeconômicos e estruturais. A baixa atratividade do meio rural para os jovens, aliada à falta de políticas públicas voltadas para essa faixa etária, a escassez de oportunidades de

qualificação profissional, e a ausência de acesso a tecnologias e crédito, contribuem para o êxodo rural juvenil (Weisheimer, 2019).

O envelhecimento da mão de obra rural, refletido na faixa etária dos participantes do estudo, compromete a capacidade de inovação e de adaptação às novas demandas do mercado, sendo um desafio central para a sustentabilidade da agricultura familiar. Essa realidade reforça a urgência de políticas públicas que promovam a permanência e o protagonismo da juventude no campo, com acesso a condições dignas de trabalho, terra, educação contextualizada e tecnologia apropriada.

A maioria dos participantes do presente estudo é casada(o) ou vive em união estável (60%), sendo um dado muito relevante para a compreensão das dinâmicas sociais e produtivas no meio rural. A união conjugal, nesse contexto, facilita o compartilhamento de responsabilidades, a gestão coletiva da produção e a otimização do tempo, especialmente onde as fronteiras entre a vida pessoal e o trabalho são tênues.

Essa parceria não apenas otimiza a produção e fortalece a resiliência familiar diante de adversidades econômico-climáticas, mas também contribui para a coesão familiar e a eficácia das práticas agrícolas. Além disso, a presença de um vínculo conjugal estável provavelmente está associada a melhores

indicadores de saúde e bem-estar, devido ao suporte emocional, material e social mútuo.

Souza *et al.* (2020) afirmam que famílias estruturadas por relações conjugais estáveis tendem a apresentar melhores indicadores sociais, incluindo maior renda familiar, maior taxa de permanência das crianças na escola e menor vulnerabilidade.

Adicionalmente, é importante destacar o papel central do casamento na organização da agricultura familiar, pois ele atua como uma estratégia de gestão e divisão de tarefas que fortalece a sustentabilidade do trabalho agrícola e o bem-estar do núcleo familiar.

Os resultados da pesquisa demonstram que 95% dos entrevistados ganham até um salário mínimo por mês, indicando que a maioria da amostra se encontra em condição de vulnerabilidade econômica, já que sua renda individual está abaixo da referência mínima nacional, restringindo o acesso a bens e serviços essenciais. Além disso, grande parte dessa fonte de renda está atrelada não apenas à agricultura, mas também a benefícios sociais⁸, evidenciando uma forte dependência de políticas públicas de transferência de renda.

Dados nacionais da PNAD Contínua (IBGE, 2022) indicam que o rendimento médio mensal dos trabalhadores brasileiros foi de aproximadamente 2,24 salários mínimos, evidenciando uma diferença substancial em

⁸ Principalmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar

(PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Bolsa Família.

relação à renda dos agricultores familiares. No mesmo período, o rendimento médio domiciliar per capita no país foi de cerca de 1,31 salários, valor que ainda contrasta com a renda pessoal da maioria dos trabalhadores entrevistados.

COEFICIENTE ALFA DE CRONBACH

A análise dos dados apresentados na Tabela 2 evidencia variações nos valores do Alfa de Cronbach entre os domínios.

O domínio Relações Sociais apresentou consistência substancial (0,609), indicando uma forte correlação entre os tópicos avaliados. Um resultado semelhante foi observado no domínio Meio Ambiente (0,651), cuja consistência sugere elevada confiabilidade das respostas.

Tabela 2. Consistência do coeficiente de Alfa de Cronbach dos domínios do Whoqol-Bref.

Domínios	Escore Médio	Valor do Alpha	Consistência interna
Físico	3,50	0,396	Razoável
Psicológico	3,12	0,467	Moderada
Relações Sociais	3,88	0,609	Substancial
Meio Ambiente	3,09	0,651	Substancial
QV Geral	3,38	0,874	Quase perfeita

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O domínio Relações Sociais apresentou consistência substancial (0,609), indicando uma forte correlação entre os itens avaliados. Um resultado semelhante foi observado no domínio Meio Ambiente (0,651), cuja consistência sugere elevada confiabilidade das respostas.

Por outro lado, os domínios Físico (0,396) e Psicológico (0,467) apresentaram consistência razoável e moderada, respectivamente. Esses valores indicam correlações mais discretas, apontando para uma menor homogeneidade nas respostas.

Em síntese, os resultados confirmam boa confiabilidade nos domínios Relações Sociais e Meio Ambiente, enquanto Físico e Psicológico demandam maior atenção.

AValiação DA QV DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA AMOQ

Em relação a QV Geral a mediana de 3,00 indica que a percepção predominante da QV entre os agricultores foi intermediária ("nem boa, nem ruim"). O escore médio de 3,38 sugere uma leve tendência positiva. A avaliação subjetiva da QV obteve uma média de 3,50, sendo o domínio com melhor desempenho, enquanto a satisfação com a saúde teve média inferior (3,25), indicando maior insatisfação nesse aspecto. A amplitude interquartil (AI) de 1,00 para ambas as variáveis revela uma variação moderada nas respostas (escores entre 3,00 e 4,00). Essa dispersão indica

heterogeneidade nas percepções, refletindo diferentes realidades no mesmo território rural (Tabela 3).

Tabela 3. Avaliação da Qualidade de Vida Global de agricultores da AMOQ.

Qualidade de Vida Global	Média	MD*	Q1**	Q3***	AI****
Como você avalia sua qualidade de vida?	3,50	3,00	3,00	4,00	1,00
Quão satisfeito (a) você está com sua saúde?	3,25	3,00	3,00	4,00	1,00
Escore Médio	3,38	3,00	3,00	4,00	1,00
Escore Mediano	3,38	3,00	3,00	4,00	1,00

Legenda: * MD: Mediana; **Quartil 1 (Q1); ***Quartil 3 (Q3); ****Amplitude Interquartil (AI). Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O fato da satisfação com a saúde apresentar um dos escores mais baixos nesse estudo é provavelmente um indicativo de fragilidades no acesso, prevenção e promoção da saúde entre os agricultores. Magalhães *et al.* (2022) destacam que moradores da zona rural apresentam piores indicadores de saúde, reforçando a urgência de políticas públicas voltadas para a atenção básica no campo.

Fica evidente que a percepção da QV no meio rural é complexa e ambígua. Embora a satisfação com a saúde e a infraestrutura seja frequentemente baixa, fatores psicossociais positivos, como o forte senso de comunidade, o contato com a natureza e a autonomia no trabalho, contribuem para uma autoavaliação mais positiva. Essa percepção, mesmo em face de desafios estruturais e ocupacionais, demonstra a resiliência e a valorização de aspectos não materiais pelos agricultores.

Além disso, essa realidade reforça a necessidade de ações integradas em saúde,

educação e assistência técnica, visando a melhoria dos determinantes sociais da saúde dessa população. Para isso, o fortalecimento da atenção primária por meio de equipes de saúde da família adaptadas ao contexto rural é fundamental para reduzir desigualdades e promover uma QV mais sustentável.

DOMÍNIO FÍSICO

O domínio físico, que abrange a saúde e a capacidade funcional dos agricultores familiares em suas atividades diárias e laborais, teve uma avaliação regular. Conforme demonstrado na Tabela 4, o escore médio e mediano variou entre 3,5 e 3,65, indicando que a percepção de QV física está em um nível intermediário entre os participantes.

Tabela 4. Avaliação do Domínio Físico de agricultores familiares da AMOQ.

Domínio Físico	Média	Mediana	Q1	Q3	AI
Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?	3.10	3.00	2.25	4.00	1.75
O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?	3.05	3.00	2.25	4.00	1.75
Você tem energia suficiente para seu dia a dia?	3.30	3.00	3.00	4.00	1.00
Quão bem você é capaz de se locomover?	3.80	4.00	3.00	4.75	1.75
Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?	3.80	4.00	3.00	4.00	1.00
Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia a dia?	3.80	4.00	3.00	4.00	1.00
Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade para o trabalho?	3.65	3.50	3.00	4.00	1.00
Escore Médio	3.50	3.50	2.79	4.11	1.32
Escore Mediano	3.65	3.50	3.00	4.00	1.00

Legenda: * MD: Mediana; **Quartil 1 (Q1); ***Quartil 3 (Q3); ****Amplitude Interquartil (AI). Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O resultado sugere que os fatores neste domínio podem afetar a capacidade produtiva e o bem-estar geral dos trabalhadores, reforçando a relevância desses aspectos para a percepção de QV.

Os melhores escores estavam relacionados a capacidade de locomoção, indicando que a maioria dos agricultores se considera capaz de se mover sem grandes dificuldades, aspecto fundamental para o desempenho das atividades agrícolas.

A satisfação com a qualidade do sono e a capacidade de realizar as atividades cotidianas, incluindo as funções laborais, apresentou, em geral, um resultado positivo. Esses aspectos revelam-se fundamentais para a satisfação global e para a sustentabilidade de suas atividades produtivas.

Por outro lado, aspectos relacionados à dor física e à necessidade de tratamento médico revelam pontuações mais baixas, indicando uma

interferência moderada nas atividades diárias. Esse dado sugere a presença de desconfortos que podem comprometer a capacidade funcional e o bem-estar a longo prazo.

Já a necessidade de tratamento médico obteve uma média de 3,05, evidenciando uma demanda moderada por cuidados de saúde, o que reforça a importância do acesso adequado a serviços médicos para prevenção de complicações e promoção da saúde no meio rural.

A média de 3,30 para a energia no dia a dia indica que os agricultores, em geral, se sentem dispostos para realizar suas atividades cotidianas, o que é um fator positivo para o trabalho agrícola. No entanto, é importante notar que essa média representa uma variabilidade de percepções, influenciada por fatores como idade, doenças crônicas e acesso a serviços de saúde, o que exige atenção às experiências individuais.

Nesse sentido, a predominância de agricultores mais velhos na amostra, com 55% concentrados entre 46 e 55 anos e 20% entre 56 e 60, pode explicar a ocorrência de dores e a demanda por tratamento. O trabalho agrícola, com seu esforço físico intenso e a exposição a condições adversas ao longo da vida, contribui para o desgaste corporal e a maior prevalência de problemas de saúde associados ao envelhecimento.

Os resultados positivos, mesmo diante das queixas de dor frequentemente relatadas no meio rural, podem ser explicados por diversos fatores. Primeiramente, o instrumento Whoqol-Bref avalia não apenas a presença da dor, mas a percepção da capacidade de lidar com ela e de realizar atividades diárias apesar do desconforto (Pessoa; Alchieri, 2014).

Além disso, percepção da QV dos agricultores é influenciada por elementos

psicossociais, como o senso de propósito no trabalho e o apoio social, que atuam como fatores compensatórios para a dor física. Assim, mesmo com relatos de desconforto e limitações, a avaliação global da QV pode se manter positiva devido a essas estratégias de enfrentamento.

DOMÍNIO PSICOLÓGICO

O domínio psicológico, que abrange variáveis como sentimentos positivos, pensamento, aprendizado, autoestima, imagem corporal, sentimentos negativos, espiritualidade e crenças pessoais, exerce uma forte influência na qualidade de vida dos agricultores familiares. A análise dos resultados revela tendências importantes sobre a percepção de bem-estar psicológico nessa população (Tabela 5).

Tabela 5. Avaliação do Domínio Psicológico de agricultores familiares da AMOQ.

Domínio Psicológico	Média	MD*	Q1**	Q3***	AI****
O quanto você aproveita a vida?	2,90	3,00	2,25	3,00	0,75
Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?	3,70	4,00	3,00	5,00	2,00
O quanto você consegue se concentrar?	3,20	3,00	3,00	4,00	1,00
Você é capaz de aceitar sua aparência física?	3,20	3,00	2,25	4,75	2,50
Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?	3,65	3,50	3,00	4,00	1,00
Com que frequência você tem sentimentos negativos tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?	2,05	2,00	2,00	2,00	0,00
Escore Médio	3,12	3,08	2,58	3,79	1,21
Escore Mediano	3,20	3,00	2,63	4,00	1,00

Legenda: * MD: Mediana; **Quartil 1 (Q1); ***Quartil 3 (Q3); ****Amplitude Interquartil (AI). Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Inicialmente, a percepção sobre o aproveitamento da vida apresentou uma média

de 2,90 e mediana de 3,00, indicando uma avaliação moderada. Isso sugere que, apesar dos

desafios cotidianos, os agricultores conseguem vivenciar momentos de satisfação em suas atividades. Por outro lado, a frequência de sentimentos negativos como mau humor, desespero e ansiedade apresentou a menor média (2,05) e mediana (2,00). Esse dado, embora não seja muito elevado, indica que um grupo significativo de agricultores relata vivenciar tais sentimentos, o que merece atenção em ações de promoção à saúde mental.

Considerando a predominância de mulheres (75%) e a baixa escolaridade (45% com ensino fundamental incompleto), é importante notar que a maior carga de trabalho e as menores oportunidades de lazer no meio rural podem influenciar a prevalência desses sentimentos. Além disso, a falta de ensino superior entre os participantes pode limitar o acesso a informações sobre saúde mental e a mecanismos de enfrentamento adequados.

Aspectos como a capacidade de concentração e a aceitação da aparência física apresentaram médias em torno de 3,20, indicando que, apesar das adversidades do cotidiano rural, os agricultores mantêm uma percepção relativamente positiva sobre sua capacidade de foco e autoimagem. A satisfação consigo mesmo também alcançou uma média positiva de 3,65, reforçando a autopercepção favorável.

Um dado importante é a percepção sobre o sentido da vida, cuja média de 3,70 foi a mais elevada do domínio psicológico. Isso sugere que

muitos agricultores atribuem propósito à sua existência, um fator protetor contra quadros de desesperança e desânimo. Esse senso de propósito pode ser fortalecido pela forte ligação com a terra e com a produção de alimentos, que contribuem para a resiliência em meio aos desafios.

Em síntese, os resultados do domínio psicológico evidenciam que os agricultores familiares vivenciam uma diversidade de experiências emocionais. Embora enfrentem desafios relacionados a sentimentos negativos e a uma avaliação moderada do aproveitamento da vida, também demonstram capacidade de encontrar significado, manter a concentração e valorizar sua autoimagem.

Como destaca Marmentini (2017), a promoção do bem-estar dessa população requer abordagens holísticas, que contemplem não apenas os aspectos físicos, mas também os emocionais e psicológicos, reconhecendo a complexidade que envolve a QV no meio rural.

E estudos como o conduzido por Pegorari *et al.* (2015) demonstram que a QV de idosos residentes em áreas rurais pode ser comprometida por fatores como elevada inatividade no lazer e maior número de morbidades, os quais se associam a sintomas depressivos e a uma percepção negativa da saúde.

DOMÍNIO DE RELAÇÕES SOCIAIS

Os agricultores apresentaram uma alta média de satisfação com suas relações pessoais (4,15), o que indica vínculos positivos com amigos, parentes, conhecidos e colegas. Aspectos mais específicos, como a satisfação com a vida sexual (3,60) e o apoio dos amigos (3,90), apresentaram médias ligeiramente inferiores, mas ainda satisfatórias (Tabela 6).

Essa nuance sugere que, embora a percepção positiva nas relações sociais seja predominante, nem todos os seus aspectos são igualmente satisfatórios, mesmo que a tendência geral seja de satisfação entre os agricultores familiares.

Tabela 6. Avaliação do Domínio Relações Sociais de agricultores familiares da AMOQ.

Domínio Relações Sociais	Média	MD*	Q1**	Q3***	AI****
Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?	4,15	4,00	4,00	5,00	1,00
Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?	3,60	4,00	3,00	4,00	1,00
Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?	3,90	4,00	3,00	4,75	1,75
Escore Médio	3,88	4,00	3,33	4,58	1,25
Escore Mediano	3,90	4,00	3,00	4,75	1,00

Legenda: * MD: Mediana; **Quartil 1 (Q1); ***Quartil 3 (Q3); ****Amplitude Interquartil (AI). Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A amplitude interquartil do domínio de Relações Sociais sugere uma certa variabilidade na percepção de apoio entre os participantes. O intervalo entre o primeiro e o terceiro quartil aponta para diferenças significativas na percepção de apoio social, evidenciando que, embora a satisfação geral com as relações interpessoais seja elevada, é importante reconhecer que diferentes dimensões dessas interações podem exercer impactos distintos na QV de cada indivíduo.

A alta proporção de participantes casados(as) ou em união estável (60%), pode ser um fator relevante para a elevada satisfação com as relações pessoais. O casamento e a estrutura

familiar são pilares de apoio e coesão na agricultura familiar, promovendo o compartilhamento de responsabilidades e a resiliência frente a adversidades (Biazus; Morett; Pasqualotti, 2017).

No contexto da agricultura familiar, onde as fronteiras entre vida pessoal e trabalho produtivo são tênues, a predominância desse estado civil evidencia como essa dimensão contribui para a coesão familiar e a eficácia das práticas agrícolas. As relações interpessoais e afetivas atuam como pilares fundamentais para o funcionamento das unidades produtivas.

Complementando essa perspectiva, estudos como o de Souza *et al.* (2020) indicam

que famílias com relações conjugais estáveis tendem a apresentar melhores indicadores sociais, como maior renda familiar agregada, maior permanência das crianças na escola e menor vulnerabilidade.

DOMÍNIO MEIO AMBIENTE

Este domínio, que avalia o impacto do local onde os agricultores vivem e trabalham na sua QV, abrange aspectos como segurança física, recursos financeiros, acesso a serviços de saúde, lazer e o ambiente físico em si. Os resultados da pesquisa revelam percepções importantes sobre o contexto em que os participantes vivem e se desenvolvem (Tabela 7).

Tabela 7. Avaliação do Domínio Meio Ambiente de agricultores familiares da AMOQ.

Domínio Meio Ambiente	Média	MD*	Q1**	Q3***	AI****
Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?	2,80	3,00	2,00	3,00	1,00
Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?	2,55	2,50	2,00	3,00	1,00
Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?	2,30	2,00	2,00	3,00	1,00
Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?	3,35	3,50	3,00	4,00	1,00
Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?	3,35	3,00	3,00	4,00	1,00
Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora?	3,90	4,00	3,25	4,00	0,75
Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?	3,05	3,00	3,00	4,00	1,00
Quão satisfeito(a) você está com o seu meio de transporte?	3,40	3,00	3,00	4,00	1,00
Escore Médio	3,09	3,00	2,66	3,63	0,97
Escore Mediano	3,20	3,00	3,00	4,00	1,00

Legenda: * MD: Mediana; **Quartil 1 (Q1); ***Quartil 3 (Q3); ****Amplitude Interquartil (AI). Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os dados refletem uma percepção moderada em relação à disponibilidade de informações no cotidiano, com média de 2,80. Isso sugere que os agricultores enfrentam desafios na obtenção de informações necessárias para o desempenho de suas atividades.

Esse resultado é consistente com o perfil de escolaridade da amostra, onde a maioria possuía apenas o ensino fundamental

incompleto (45%). A predominância de baixa instrução formal limita o acesso e a interpretação de informações cruciais para a gestão das atividades agrícolas, políticas públicas e cuidados de saúde.

A educação rural é um elemento central para a valorização e a QV dos trabalhadores do campo. O baixo nível de instrução, observado entre os participantes do estudo, compromete a

conscientização sobre práticas seguras e sustentáveis, limitando as oportunidades de inserção em outros setores econômicos. Essa vulnerabilidade educacional torna os agricultores familiares mais suscetíveis às adversidades do setor, impactando diretamente seu bem-estar e satisfação geral.

A percepção de oportunidades de lazer foi relativamente baixa (média de 2,55), um resultado diretamente relacionado à vulnerabilidade econômica dos agricultores, já que 95% da amostra possui renda de até um salário mínimo. Para Barbosa *et al.* (2020) a restrição orçamentária impõe limites significativos a atividades recreativas e culturais, um fato bastante relatado em estudos com populações rurais de baixa renda.

Em relação ao acesso aos serviços de saúde, a média de satisfação foi moderada (3,05). Esse resultado aponta que, embora existam serviços disponíveis, ainda pode haver melhorias, especialmente na qualidade e acessibilidade.

A precariedade do acesso à saúde no meio rural é um desafio amplamente reconhecido, e a limitação financeira, somada à dispersão geográfica das propriedades, pode agravar essa situação, dificultando o deslocamento para unidades de saúde e a aquisição de medicamentos e tratamentos adequados (Magalhães *et al.*, 2022).

O fator econômico, relacionado à renda pessoal mensal, apresentou o menor índice de

satisfação, com média de 2,30. Este aspecto é fundamental para o bem-estar dos agricultores, pois impacta diretamente a capacidade de suprir necessidades básicas e acessar recursos essenciais para a saúde e a QV.

A renda predominantemente baixa (95% com até 1 salário mínimo) expõe os agricultores familiares a um cenário de vulnerabilidade socioeconômica. De acordo com Souza *et al.* (2020) essa condição afeta diretamente a segurança alimentar, a capacidade de investir em educação e o bem-estar geral, reforçando a importância de políticas públicas de apoio à renda no campo para mitigar essas desigualdades.

Silva, Ferretti e Lutinski Jr. (2017) apontam que a condução de máquinas e o levantamento de cargas são causas frequentes de dores e limitações laborais, prejudicando a QV dos agricultores.

Diversos estudos também enfatizam que condições insalubres e a falta de ergonomia, assim como longas jornadas, falta de capacitação e baixa remuneração, impactam significativamente o bem-estar dos trabalhadores (Jain *et al.*, 2019; Moreira *et al.*, 2015).

Por outro lado, aspectos como a satisfação com as condições de moradia (3,90) e com o meio de transporte (3,40) apresentaram médias mais elevadas, sugerindo que, nesse grupo, os agricultores demonstram contentamento com o ambiente físico e com as

condições de deslocamento. A percepção de segurança na vida diária também foi relativamente positiva, com média de 3,35.

De modo geral, os resultados deste domínio indicam uma percepção complexa sobre o meio ambiente, onde desafios marcantes como a precarização da moradia e a insegurança prejudicam diretamente a QV no campo. A falta de saneamento, o transporte público insuficiente e as dificuldades de acesso à educação e à saúde, somadas ao isolamento geográfico, contribuem para a invisibilidade social desses trabalhadores e para a fragilização da organização coletiva.

Os resultados obtidos neste estudo são consistentes com a literatura, que aponta para os desafios do domínio "meio ambiente" em populações rurais. Tavares *et al.* (2012), ao aplicarem o Whoqol-Bref, identificaram que esse domínio apresentou a menor pontuação, associada à baixa renda e à insegurança. Uma análise comparativa com o estudo de Siqueira *et al.* (2014) revela diversas semelhanças nas percepções dos agricultores familiares, especialmente no que se refere às oportunidades de lazer e ao acesso à informação. A convergência desses achados em ambos os estudos aponta para a persistência de desafios, ressaltando a necessidade de abordagens integradas para promover o bem-estar da população rural.

Para superar esses desafios, uma abordagem multidisciplinar é essencial. Políticas Públicas que melhorem a infraestrutura

e o acesso aos serviços básicos, aliadas a iniciativas da própria sociedade, como a economia solidária e a agricultura familiar sustentável, têm promovido o protagonismo e o fortalecimento das comunidades rurais. Ademais, Buss *et al.* (2020) citam que a melhoria da QV tem se consolidado como um dos resultados esperados dessas políticas, pois práticas assistenciais contribuem para a efetividade das ações de saúde e, por conseguinte, para a melhoria da QV.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa evidenciaram que os agricultores familiares estão expostos a diversos riscos ocupacionais que impactam negativamente sua saúde, QV e segurança no trabalho. A complexidade das atividades agrícolas, aliada às condições ambientais adversas, amplia a vulnerabilidade desses trabalhadores a doenças e acidentes.

Os desafios enfrentados por essa população vão além das questões do ambiente de trabalho, abrangendo aspectos sociais, econômicos e culturais que influenciam diretamente na QV. Diante disso, torna-se imprescindível o fortalecimento de políticas públicas e programas de saúde que considerem as especificidades do meio rural, promovendo condições de trabalho mais seguras e saudáveis.

Valorizar os trabalhadores rurais implica reconhecer sua importância para a soberania

alimentar, o desenvolvimento econômico e a diversidade cultural do país. Além disso, exige ações intersetoriais e integradas, capazes de superar as desigualdades históricas entre o campo e a cidade, assegurando dignidade, bem-estar e inclusão social a essa população.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, Joacir Rufino; ALVES, Maria Odete; VIDAL, Maria de Fátima. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, [s.l.], v. 51, p. 31-54, 2020.
- AVELINO, José Araujo et al. Recôncavo Baiano: a informalidade no trabalho é um fenômeno que prejudica o trabalhador no ato de requerer benefícios previdenciários. **Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social**, v. 6, n. 2, 2021.
- BARBOSA, Tiago da Costa Silva et al. Perfil socioeconômico e ambiental de agricultores familiares em um assentamento rural no Estado do Piauí. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 41856-41865, 2020.
- BARTH, Michele; HECK, Júlia Daiane; RENNERT, Jacinta Sidegum. Agricultura familiar: características das atividades e riscos ergonômicos. **Revista Grifos**, v. 31, n. 57, p. 01-18, 2022.
- BARTH, Michele et al. Agricultura Familiar: características ergonômicas das atividades e impactos na saúde dos trabalhadores. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 2, p. 471-496, 2016.
- BIAZUS, Marcelo; MORETTO, Cleide Fátima; PASQUALOTTI, Adriano. Relação entre queixas de dor musculoesquelética e processo de trabalho na agricultura familiar. **Revista Dor**, v. 18, p. 232-237, 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.
- BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.728, de 11 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e dá outras providências. Brasília. Diário Oficial da União.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 ago. 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). **Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 872, de 17 de maio de 2024**. Dispõe sobre a composição e o funcionamento da Rede Sentinela. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 maio 2024.
- BUSS, Paulo Marchiori et al. Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4723-4735, 2020.
- CARDOSO, Leticia Silveira et al. Riscos ocupacionais no trabalho agrícola e a negociação para a saúde do trabalhador rural. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 11, e43, 2021.

CASTRO, Hernany Lopes; FELIPE, Gabriela Rodrigues. A importância da motivação para o sucesso empresarial. **Revista da Faculdade do Sudeste Goiano**, v. 12, n. 1, p. 45, 2015.

FURTADO, Ellen Monteiro; FURTADO, Gil Dutra; MONTEIRO, Rosemary Araújo. Riscos ergonômicos e toxicológicos nas atividades de profissionais do meio rural. **Revista Etos**, v. 1, n. 1, p. 60-75, 2017.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil – 2012-2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal, 2018**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2018_v45_br_informativo.pdf Acesso em 20 maio 2024.

JAIN, Rahul et al. Efeito de parâmetros individuais e de trabalho na saúde musculoesquelética de trabalhadores agrícolas manuais. **Revista Internacional de Engenharia Industrial e de Sistemas**, v. 1, p. 56-70, 2019.

MAGALHÃES, Denise Lima et al. Acesso à saúde e qualidade de vida na zona rural. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, p. e50411326906, 2022.

MARMENTINI, Joice Schneider. Adoecimento mental em comunidades rurais do município de Centenário: perspectivas histórico-sociais. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 3, n. 3, 2017.

MENDES, Fabiana et al. Educação no campo: Desafios e Perspectivas. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 7, p. 468-484, 2023.

MEUS, Albina Graciéla Aguilar; ETHUR, Luciana Zago. O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar. **Revista Conexão UEPG**, v. 17, n. 1, p. 31, 2021.

MORAES, M. D.; SANT'ANA, A. L. Características Socioeconômicas do Assentamento Banco da Terra, Nova Xavantina (MT): uma análise sob a ótica da adoção ou construção de conhecimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 4, p. 589-606, 2016.

MOREIRA, Jessica Pronestino de Lima et al. Saúde de trabalhadores rurais no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n. 8, e00105114, 2015.

NOGUEIRA, Fernanda de Albuquerque Melo; SZWARCOWALD, Celia Landmann; DAMACENA, Gisele Nogueira. Exposição a agrotóxicos e agravos à saúde em trabalhadores agrícolas: o que revela a literatura? **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, e36, 2020.

PEGORARI, Maycon Sousa et al. Prática de atividade física no lazer entre idosos de área rural: condições de saúde e qualidade de vida. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 26, p. 233-241, 2015.

PESSOA, Yldry Souza Ramos Queiroz; ALCHIERI, João Carlos. Qualidade de vida em agricultores orgânicos familiares no interior Paraibano. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, p. 330-343, 2014.

PINTO, Sara et al. Conforto, bem-estar e qualidade de vida: Discussão das diferenças e semelhanças entre os conceitos. **Revista Biomédica do Porto**, v. 1, p. 6-12, 2017.

SCUSSEL, Pâmela; RADUNZ, Amanda Fabris; BUSATO, Maria Assunta. Percepção de agricultores familiares sobre suas condições de saúde e do ambiente. **RDUno: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da**

Unochapecó, Unochapecó, SC, v. 2, n. 3, p. 192-204, 2019.

SILVA, Alcimere Soares; FONSECA, Ana Ivania Alves. O espaço rural: percepção dos riscos trabalhistas nos projetos de irrigação Gorutuba/Lagoa Grande e Jaíba-MG”. **Revista Tocantinense de Geografia**, MG, v. 9, n. 17, p. 63-76, 2020.

SILVA, Marcia Regina da; FERRETTI, Fátima; LUTINSKI JR., Antônio. Dor lombar, flexibilidade muscular e relação com o nível de atividade física de trabalhadores rurais. **Saúde em Debate**, Chapecó, SC, v. 41, p. 183-194, 2017.

SIMAS, José Martim Marques et al. Ergonomia no trabalho de campo na agricultura canavieira: uma revisão de escopo sobre saúde do trabalhador e funcionalidade. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 23, n. 5, p. 23, 2025.

SOUZA, T. M. et al. Estrutura familiar e indicadores socioeconômicos em unidades de produção agrícola familiar. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 63–83, 2020.

TANGTONG, Chaiyanun et al. Fatores de risco associados a lesões relacionadas a tratores manuais entre produtores de arroz na Tailândia. **Avaliação de Risco Humano e Ecológico: An International Journal**, v. 28, n. 1, p. 43-57, 2022.

TAVARES, Darlene Mara dos Santos *et al.* Perfil sociodemográfico, capacidade funcional e qualidade de vida de homens idosos residentes na zona rural. **Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde**, v. 1, n. 01, 2012.

VEDANA, Roberta *et al.* Women’s empowerment in agriculture: a study at Lar Cooperativa Agroindustrial (Paraná). **Brazilian Journal of Animal Science**, v. 50, e20210294, 2021.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventude e agricultura familiar no Recôncavo da Bahia.** -- Cruz das Almas/BA. 1ed, Cruz das Almas: UFRB – Coleção Recôncavo, 2019.

WHOQOL GROUP. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social Science & Medicine**, Oxford, v. 41, n. 10, p. 1403-1409, nov. 1995.